



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação

PLANO DE CURSO

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

DISCIPLINA:

Representação Política e Cidadania

Código: MEST.7.09.10

Carga Horária Total: 30 horas/aula

PROFESSORES:

Amandino Teixeira Nunes Junior, Dr., amandino.junior@camara.leg.br

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa, Dr., leonardo.barbosa@camara.leg.br

Curículos resumidos:

Amandino Teixeira Nunes Junior: graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), Especialista em Direito Público pela Universidade de Brasília (1992), Especialista em Direito Eleitoral pelo Centro Universitário de Brasília (2012), Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2003) e Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2014). Autor de livro publicado pela Editora Lumen Juris e de diversos artigos publicados pela Revista de Informação Legislativa e pela Revista Jurídica Consulex. É consultor legislativo da Câmara dos Deputados e professor do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do CEFOR/Câmara dos Deputados. É membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública e do Instituto dos Advogados do Distrito Federal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Eleitoral, atuando principalmente nos seguintes temas: constituição, poder legislativo, poder judiciário, processo legislativo, judicialização da política e governança eleitoral. O currículo completo está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8622587502206953>.

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa: graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2005), Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (2009). É analista legislativo na Câmara dos Deputados desde 2002, onde atua como assessor jurídico da Secretaria Geral da Mesa e como professor do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo (CEFOR/Câmara dos Deputados). É advogado e membro do Instituto Brasileiro de História do Direito. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da constituição, história constitucional do Brasil, processo legislativo, controle de constitucionalidade e teoria discursiva do direito e da democracia. O currículo completo está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0009942985064817>.

EMENTA:

Representação política. Cidadania, igualdade e exclusão. Perspectivas históricas sobre a luta por inclusão política em diferentes contextos sociais e históricos. O direito a concorrer a cargo eletivo no constitucionalismo brasileiro.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS:

OBJETIVO GERAL:

O objetivo do curso é, inicialmente, compreender os princípios fundantes do discurso político e jurídico desenvolvido pela modernidade em torno da representação política e da cidadania. A ideia de igualdade e inclusão proclamada por esses discursos – diferentemente do que poderia parecer – não teve como efeito (e sequer objetivava) uma efetiva inclusão de todos os segmentos das populações dos estados nacionais. O propósito do curso é explorar as tensões geradas entre o discurso filosófico inclusivo da modernidade e práticas políticas excludentes adotadas em diferentes contextos sociais e históricos, nos quais vigoravam os

princípios do constitucionalismo. O programa termina com reflexões sobre o direito a concorrer a cargos eletivos no Brasil, investigando as origens do discurso jurídico-político da chamada “Lei da Ficha Limpa”, e avaliando seu impacto concreto sobre as eleições gerais de 2014.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender os conceitos da ciência política e do direito acerca da representação política;
- Situar os principais debates teóricos relacionados ao problema da representação política;
- Analisar situações concretas em que o discurso inclusivo ligado à ideia de cidadania foi utilizado como fundamento para uma crítica política ou jurídica à exclusão de amplos contingentes de membros de uma comunidade política;
- Familiarizar os participantes com aspectos gerais da história política e constitucional brasileira no período pós-1964;
- Analisar os discursos utilizados nesse período como fundamento para afastar o direito a concorrer a cargos eletivos;
- Comparar esses discursos aos que, por iniciativa da sociedade civil organizada, foram consolidados na legislação sobre inelegibilidades;
- Avaliar as primeiras eleições gerais realizadas sob a ‘Lei da Ficha Limpa’ a partir de casos concretos selecionados.

CONTEÚDO

1. Cidadania e representação política:
 - 1.1. Conceitos, debates e paradoxos;
 - 1.2. Representação política entre absolutismo e liberalismo (Hobbes, Locke e a igualdade);
 - 1.3. A crítica à ideia liberal de representação política (Carl Schmitt);
 - 1.4. A crítica da democracia participativa;
 - 1.5. As metamorfoses do governo representativo (Bernard Manin);
 - 1.6. Dilemas contemporâneos da representação política: novas inclusões e exclusões.
2. A Cidadania entre Inclusão, Exclusão e Representação: perspectivas históricas.
 - 2.1. *Frost v. The King*: a luta das mulheres pelo direito a ocupar cargos públicos eletivos na Inglaterra do início do século XX;
 - 2.2. *Giles v. Harris*: a eliminação da população negra da política no sul dos Estados Unidos no início do século XX;
 - 2.3. A “Lei Saraiva” e a exclusão dos analfabetos da política no Brasil Império: os cidadãos passivos.
3. Restringindo o direito a concorrer a cargo eletivo no Brasil pós-1964:
 - 3.1. Participação política, elitismo e casuísma no Regime Civil-Militar brasileiro: um estudo de caso a partir da Lei de Inelegibilidades de 1965 e breves noções do debate nas décadas de 1970 e 1980;
 - 3.2. A “Lei da Ficha Limpa” e as inelegibilidades baseadas na vida pregressa e na preservação das eleições contra o abuso do poder político e do poder econômico;
 - 3.3. Balanço das questões despertadas pelas novas regras de inelegibilidades durante as eleições gerais de 2014.

MÉTODO

O curso contará com 3 módulos. No primeiro módulo, centrado na apresentação dos conceitos básicos da ciência política e do direito utilizados no debate sobre representação política, prevalecerão aulas expositivas e dialogadas. Nos dois módulos seguintes, serão intercaladas aulas expositivas e mini-seminários em que – dependendo do tamanho da turma – um(a) aluno(a) funcionará como relator(a) e outro(a) como comentador(a).

AVALIAÇÃO

- 60% da nota será atribuída a partir da avaliação de um trabalho final, de até 10 laudas em espaço duplo, sobre um tema analisado no programa, preferencialmente relacionado à pesquisa

desenvolvida pelo(a) aluno(a).

- 30% da nota será atribuída à participação em sala, notadamente na qualidade de relator(a) ou comentador(a) em mini-seminários.
- 10% da nota será atribuída a partir da avaliação de um esboço do trabalho final, apresentado pelos(as) alunos(as) na metade do curso, em data a ser oportunamente indicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.578-DF. Relator: Min. Luiz Fux. Julgada em 16 de fevereiro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2013.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 (Capítulos 1 e 2).

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Calman-Lévy, 1995.

_____. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 29, ano 10, out. 1995, p. 5-34.

PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1972. (Introdução e Capítulos 1 e 2)

_____. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. *Lua Nova*, n. 67, 2006, p. 15-47.

SCHMITT, Carl. *A Crise da Democracia Parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. Citizens All? Citizens some! The Making of the Citizen. *Comparative Studies in Society and History*, Oct. 2003, p. 650-679.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALKMIM, Antônio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 22, n. 1, jan./jun. 2013, p. 56-71.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. The Ballot Under the Bayonet: Election Law During the Brazilian Civil-Military Regime. (forthcoming, presented at the 2014 American Society for Legal History Meeting)

CARVALHO NETTO, Menelick. *A Hermenêutica Constitucional e os Desafios Postos aos Direitos Fundamentais*. In: SAMPAIO, José Adércio (org.). *Jurisdição Constitucional e Direitos Fundamentais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p. 141-163.

EICHACKER, Joanne Mooney. *Not a proper person*: the courageous story of Georgina Frost, the first woman elected to political Office in England and Ireland and her battle with the King to give women equal political and economic standing. Washington, DC: CreateSpace, 2014. (Capítulos 5, 6, 7 e 8).

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A Democracia Possível*. São Paulo: Saraiva, 1972.

HOBBES, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de uma República Eclesiástica e Civil*. 3^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LOCKE, John. *Dois Tratados Sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.1, jan./jun. 2009, p. 63-93.

MACEY, Jonathan. Representative Democracy. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 16, 1993, p. 49-54.

MAIA, Paulo Sávio Peixoto. A Crítica de Carl Schmitt à Democracia Parlamentar: Representação Política como Ato de Fé, Plebiscito como Condição de Identidade. *Revista de Informação Legislativa*, v. 47, n. 185,

jan./mar. 2010, p. 161-177.

MOSCA, Gaetano. *The Ruling Class*. New York, London: McGraw-Hill Book Company Inc, 1939. (Capítulo X – Parliamentarism). PILDES, Richard. Democracy, Anti-Democracy, and the Canon. *Constitutional Commentary*, v. 17, 2000, p. 295-319.

PILDES, Richard. Democracy, Anti-Democracy, and the Canon. *Constitutional Commentary*, v. 17, 2000, p. 295-319.

URBINATI, Nadia. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, nº. 11, 2008, p. 387-412.

WALDRON, Jeremy. *God, Locke, and Equality: Christian Foundations in Locke's Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. (Capítulo 5 – Kings, Fathers, Voters, Subjects, and Crooks).

CRONOGRAMA

AULA	PROGRAMA	CONTEÚDO – ATIVIDADE (Descrever procedimentos, recursos, meios instrucionais e cargas horárias estimadas para sua aplicação.)
1 ^a	Apresentação dos docentes, do programa de curso e das estratégias de avaliação. Cidadania e representação política. 1.1. Conceitos, debates e paradoxos.	Apresentação do programa, docentes, avaliação e bibliografia (2h) Exposição oral acerca dos problemas teóricos centrais enfrentados pela disciplina (2h) Bibliografia básica: PITKIN, Hanna. <i>The Concept of Representation</i> . Berkeley: University of California Press, 1972. (Introdução e Capítulos 1 e 2) _____. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. <i>Lua Nova</i> , n. 67, 2006, p. 15-47. Bibliografia complementar: LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. <i>Revista Brasileira de Ciência Política</i> , n.1, jan./jun. 2009, p. 63-93. URBINATI, Nadia. The concept of representation in contemporary democratic theory. <i>Annual Review of Political Science</i> , nº. 11, 2008, p. 387-412.
2 ^a	1.2. Representação política entre absolutismo e liberalismo (Hobbes, Locke e igualdade); 1.3 A crítica à ideia liberal de representação política (Carl Schmitt); 1.4 A crítica da democracia participativa.	Exposição oral (2h) e debate com a turma (2h). Bibliografia básica: PITKIN, Hanna. <i>The Concept of Representation</i> . Berkeley: University of California Press, 1972. (Introdução e Capítulos 1 e 2) _____. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. <i>Lua Nova</i> , n. 67, 2006, p. 15-47. Bibliografia complementar: SCHMITT, Carl. <i>A Crise da Democracia Parlamentar</i> . São Paulo: Scritta, 1996. MAIA, Paulo Sávio Peixoto. A Crítica de Carl Schmitt à Democracia Parlamentar: Representação Política como Ato de Fé, Plebiscito como Condição de Identidade. <i>Revista de Informação Legislativa</i> , v. 47, n. 185, jan./mar. 2010, p. 161-177. ALKMIM, Antônio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política. <i>Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política</i> , v. 22, n. 1, jan./jun. 2013, p. 56-71.
3 ^a	1.5. As metamorfoses do governo representativo	Exposição oral (2h) e debate com a turma (2h).

CRONOGRAMA		
AULA	PROGRAMA	CONTEÚDO – ATIVIDADE (Descrever procedimentos, recursos, meios instrucionais e cargas horárias estimadas para sua aplicação.)
	(Bernard Manin); 1.6. Dilemas contemporâneos da representação política: novas inclusões e exclusões.	<p>Bibliografia básica:</p> <p>MANIN, Bernard. <i>Principes du gouvernement représentatif</i>. Paris: Calman-Lévy, 1995.</p> <p>_____. As metamorfoses do governo representativo. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 29, ano 10, out. 1995, p. 5-34.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. <i>Revista Brasileira de Ciência Política</i>, n.1, jan./jun. 2009, p. 63-93.</p>
4 ^a e 5 ^a	2. A Cidadania entre Inclusão, Exclusão e Representação: perspectivas históricas. 2.1. <i>Frost v. The King</i> : a luta das mulheres pelo direito a ocupar cargos públicos eletivos na Inglaterra do início do século XX; 2.2. <i>Giles v. Harris</i> : a eliminação da população negra da política no sul dos Estados Unidos no início do século XX; 2.3. A “Lei Saraiva” e a exclusão dos analfabetos da política no Brasil Império: os cidadãos passivos.	<p>Bibliografia básica:</p> <p>WALLERSTEIN, Immanuel. Citizens All? Citizens some! The Making of the Citizen. <i>Comparative Studies in Society and History</i>, Oct. 2003, p. 650-679.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>EICHACKER, Joanne Mooney. <i>Not a proper person: the courageous story of Georgina Frost, the first woman elected to political office in England and Ireland and her battle with the King to give women equal political and economic standing</i>. Washington, DC: CreateSpace, 2014. (Capítulos 5, 6, 7 e 8).</p> <p>PILDES, Richard. Democracy, Anti-Democracy, and the Canon. <i>Constitutional Commentary</i>, v. 17, 2000, p. 295-319.</p> <p>PORTO, Walter Costa. <i>O Voto no Brasil: da Colônia à 6^a República</i>. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002 (Capítulo XII – A Lei Saraiva: as eleições diretas).</p> <p>SOUZA, Felipe Azevedo e. A Lei Saraiva e o Novo Perfil do Eleitorado no Império, <i>CLIO – Revista de Pesquisa Histórica</i>, Recife, n. 29, 2011.</p> <p>A 5^a aula consistirá em um mini-seminário. Os alunos serão divididos em três grupos, cada um dos quais responsável por aprofundar a discussão em torno de um dos casos apresentados, explorando o tema a partir da bibliografia complementar.</p>
6 ^a e 7 ^a	Restringindo o direito a concorrer a cargo eletivo no Brasil pós-1964: 3.1. Participação política, elitismo e casuísma no Regime Civil-Militar brasileiro: um estudo de caso a partir da Lei de Inelegibilidades de 1965 e breves noções do debate nas décadas de 1970 e 1980; 3.2. A “Lei da Ficha Limpa” e as inelegibilidades baseadas	<p>Bibliografia básica:</p> <p>HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 (Capítulos 1 e 2).</p> <p>BRASIL. <i>Supremo Tribunal Federal</i>. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.578-DF. Relator: Min. Luiz Fux. Julgada em 16 de fevereiro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.stf.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2013.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. The Ballot Under the Bayonet: Election Law During the Brazilian Civil-Military Regime. (forthcoming,</p>

CRONOGRAMA		
AULA	PROGRAMA	CONTEÚDO – ATIVIDADE (Descrever procedimentos, recursos, meios instrucionais e cargas horárias estimadas para sua aplicação.)
	<p>na vida pregressa e na preservação das eleições contra o abuso do poder político e do poder econômico;</p> <p>3.3. Balanço das questões despertadas pelas novas regras de inelegibilidades durante as eleições gerais de 2014.</p>	<p>presented at the 2014 American Society for Legal History Meeting)</p> <p>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. <i>A Democracia Possível</i>. São Paulo: Saraiva, 1972.</p> <p>MOSCA, Gaetano. <i>The Ruling Class</i>. New York, London: McGraw-Hill Book Company Inc, 1939. (Capítulo X – Parliamentarism).</p> <p>A 7ª aula consistirá em um mini-seminário. Os alunos serão divididos em três grupos, cada um dos quais responsável por identificar casos controversos de aplicação da legislação de inelegibilidades nas eleições de 2014 e analisá-los à luz dos textos estudados.</p>
8ª		Entrega do resultado final e encerramento da disciplina